

DESAFIOS EFPCs 2019

Investimentos e Solvência



O jornal diário dos
ancepianos.
20 de fevereiro- 8h30

DESAFIOS: 90 INSCRITOS E ESCLARECEDOR DIÁLOGO COM A PREVIC FORAM AS MARCAS DO EVENTO NO DF



A Resolução CMN 4661 , do ano passado, é um exemplo de normativo construído a partir da experiência conhecida e do diálogo, estando na medida certa focada na análise do risco e no entendimento da importância de uma adequada governança, disse ontem José Carlos Sampaio Chedeak, Coordenador-Geral de Orientação de Investimento da PREVIC, ao participar como expositor da apresentação em Brasília, nessa terça-feira (19), do seminário **Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência**. O evento (**FOTO**), que atraiu nada menos de 90 inscritos, contou com a presença de 8 diretores e técnicos da autarquia, que participaram ativamente dos debates, dessa forma contribuindo para o esclarecimento de dúvidas e o encaminhamento de sugestões. Aliás, para o Presidente da ANCEP, Roque Muniz, é essa troca de ideias que ajudará o aprimoramento da norma que é aguardada.

O público presente participou intensamente dos debates , encontrando como interlocutores ativos o Diretor-Superintendente da Previc, Fábio Coelho, o Diretor de Orientação Técnica e Normas, Christian Catunda, e o Coordenador-Geral de Inteligência e Gestão de Riscos, Lúcio Rodrigues Capelletto, além de Chedeak.

"E a ANCEP também está de parabéns, na medida em que foi além do puramente contábil, ajudando com isso a esclarecer pontos em áreas cada vez mais relevantes dos investimentos, da solvência, da precificação de ativos e da própria sustentabilidade dos planos", notou Antônio Fernando Gazzoni, diretor da Mercer, que realizou o evento em parceria com a Mercer.

Também sucesso em suas apresentações anteriores, em Porto Alegre e Recife, após Brasília o evento voltará a acontecer em março no **Rio de Janeiro** (dia 12) e **São Paulo** (13).

A Resolução CMN 4661, que trata dos investimentos, é uma das normas que estão sendo vistas com particular atenção. E até nisso o evento é oportuno, uma vez que, nota Roque, os debates que vêm proporcionando seguramente irão contribuir para um maior grau de acerto dos normativos que estão por vir. Observa por sua vez Antônio Fernando Gazzoni, Diretor da Mercer, que nesse caso a ideia está sendo usar o evento para um aprofundamento que ajude a esclarecer em especial os vários aspectos táticos e operacionais que a resolução envolve. Se faz um mergulho profundo nos detalhes das ações que as entidades precisarão realizar, especialmente no que diz respeito aos controles.

Mesmo porque o que se está vendo é um debate do qual o público presente vem participando intensamente. Há também a destacar a participação de um número expressivo de dirigentes e conselheiros.

O mesmo em relação às novas normas de solvência (Resolução 30), que além de consolidar normativos anteriores trouxe novidades. Entre o que há de novo Gazzoni cita o financiamento vitalício, sendo que o evento será uma oportunidade de passar

orientações quanto as formas de calcular e apontar aquelas situações onde tal forma de financiar apresenta mais vantagens que desvantagens e vice-versa. Vai-se trabalhar com muitos exemplos.

Mesmo a Resolução do CGPAR, do final do ano passado, mesmo estando direcionada para as patrocinadoras ainda assim é fácil prever que terá reflexos sobre as entidades. E não apenas sobre aquelas patrocinadas por estatais federais, mas também as que se encontram na mesma situação nos Estados e municípios. O assunto requer atenção redobrada especialmente em função do número de estados obrigados a renegociar as suas dívidas com a União e em vias de serem levados a privatizar as suas estatais.

Funcef empossa novo presidente e conselheiros

O economista Renato Villela foi empossado como novo presidente da Funcef. Ele já era diretor de participações da fundação desde 2016.

Ao dar a notícia em nota curta, o **VALOR ECONÔMICO** lembra que Villela já foi secretário de Fazenda do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de secretário adjunto do Tesouro no Ministério da Fazenda e economista no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

No lugar de Villela na diretoria de participações societárias e imobiliárias assumirá a economista Andrea Morata Videira, que era gerente de gestão de ativos de participações societárias. Já Paulo Werneck permanece como diretor de investimentos.

Uma outra fonte de informação, o **SITE DA FUNCEF**, noticia que foram empossados no Conselho Deliberativo André Nunes, na presidência do colegiado, e os conselheiros deliberativos titulares Antonio Carlos Ferreira de Sousa e David Pedro Corrêa.

Lideranças sindicais criticam interferência do governo em fundos de pensão

Lideranças sindicais atacam declarações do Ministro da Desestatização, Salim Mattar, de que o Governo Federal vai interferir na gestão de fundos de pensão de estatais. A nota divulgada é longa, mas num trecho que nos interessa em particular, mostra o **PORTAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO** os sindicalistas lembram que "os fundos de pensão são entes privados, regulados, fiscalizados e supervisionados com base em legislação específica que estabelece responsabilidades, obrigações e deveres de seus administradores. Nesse contexto, a declaração é um equívoco e revela desconhecimento sobre as leis que os regem"

Proposta de reforma da Previdência chega hoje ao Congresso

Os governadores já têm um forte motivo para apoiar a reforma da Previdência, uma vez que uma enorme parcela de seus problemas fiscais decorre do pagamento aos servidores inativos, mas informa o **VALOR ECONÔMICO** que parece estar a caminho um novo motivo a aproximar os estados de Brasília: O governo pode autorizar que Estados com classificação de risco C e D possam tomar um total de R\$ 7 bilhões a R\$ 10 bilhões em créditos com garantia do Tesouro Nacional ainda neste ano. A liberação, contudo, depende de o governo concluir e o Congresso aprovar um projeto de lei complementar que viabilize esse socorro aos entes da Federação, o que hoje está vedado pela legislação. Mas essa permissão estará condicionada ao cumprimento de certos compromissos de ajuste fiscal, que melhorem as condições das contas desses entes em um prazo de quatro anos.

Mas há mais a dizer sobre a questão previdenciária nos estados: o deputado estadual Franzé Silva, ex-secretário de administração e previdência do Piauí, defendeu nesta terça-feira (19) em entrevista à **TV CIDADE VERDE** a criação de receitas novas para enfrentar o déficit na previdência. Segundo ele, se o projeto de reforma não contemplar um fundo patrimonial, em nada vai adiantar para os estados. "Tempo de contribuição e alíquota não vão interferir nos estados. O que nós defendemos é a construção de um fundo patrimonial que possa fazer a antecipação de receitas", disse.

Em entrevista ao **O GLOBO**, o Governador do DF, Ibaneis Rocha, adiantou que os governadores estão apoiando decididamente a criação de fundos de pensão nos estados e esperam o apoio da União nesse sentido. O jornal dá a entender que Rocha está se referindo a algo no modelo dos Funpresp's.

Já o Vice-presidente, Hamilton Mourão, fez as contas - informa o jornal **DCI**, a partir de um condensado das agências noticiosas - e disse que ainda faltaria ao Governo 70 votos na Câmara para ver aprovada a reforma.

A proposta de reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro deve ser apresentada hoje pela manhã. O próprio presidente irá ao Congresso, depois de um café da manhã com a bancada do PSL no Palácio da Alvorada. Bolsonaro estará acompanhado do ministro da Economia, Paulo Guedes. No período final da manhã, o ministro se reunirá com líderes e governadores. O texto deve prever a criação de novas faixas de renda de contribuição para cobrar uma alíquota maior de quem recebe salários acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que atualmente é de R\$ 5.839,45. O texto da reforma prevê que as alíquotas de contribuição passariam a variar de 7,5% a mais de 20%. Pelo que estava acertado até a tarde de ontem, para quem ganha até o teto, alíquota seria de até 11,5%. Haveria índices superiores a incidirem sobre os salários que superem duas vezes o teto e para as faixas menores de renda o percentual seria reduzido para 7,5%.

A equipe do Ministério da Economia ainda estuda alternativas para o risco de o regime de capitalização a ser criado na reforma da Previdência Social deixar pessoas na miséria, caso vivam mais do que apontam os cálculos de expectativa de vida. Uma das ideias na área técnica é que as contribuições para a conta individual tenham uma parte destinada a cobrir essa chance de "sobrevida" para todos os participantes do sistema, garantindo ao menos um salário mínimo para o segurado. Outro pensamento é deixar a conta para o Tesouro Nacional bancar, o que já encontra resistências pelo menos em parte da área técnica do governo. O tema, contudo, pode ficar só para a regulamentação da matéria num projeto de lei complementar.

E **O ESTADO DE S. PAULO** traz um detalhe importante: Na versão do texto discutida até ontem à noite, ficou definida a exigência de 40 anos de contribuição para que os segurados do INSS recebam 100% do salário de contribuição, desde que respeitado o teto do INSS (hoje em R\$ 5,839 mil).

E o **PORTAL UOL** mostra o que pensa o brasileiro: a reforma da Previdência é necessária, mas, para a maioria das pessoas, não deveria haver idade mínima para se aposentar, de acordo com uma pesquisa divulgada ontem pela XP Investimentos. O levantamento mostra que 64% da população é a favor da reforma, 29% é contra e 7% não respondeu. Apesar disso, 41% das pessoas afirmam que não deveria haver um piso de idade para se aposentar e que o benefício deveria ser concedido apenas por tempo de contribuição.